



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

FAEDRA PROËZA DE PAULA

**O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO PARA OS FAMILIARES DE
PESSOAS TRANS**

**ARIQUEMES – RO
2021**

FAEDRA PROÊZA DE PAULA

**O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO PARA OS FAMILIARES DE
PESSOAS TRANS**

Trabalho de Conclusão de curso para a
obtenção do Grau de Bacharel em
Psicologia apresentado a Faculdade de
Educação e Meio Ambiente – FAEMA.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Octávio
Gonzaga Rodrigues

ARIQUEMES – RO

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P324p Paula, Faedra Proêza de.
O processo de transição de gênero para os familiares de pessoas trans. / Faedra Proêza de Paula. Ariquemes, RO: Faculdade de Educação e Meio Ambiente, 2021.
41 f.
Orientador: Prof. Dr. Pedro Octávio Gonzaga Rodrigues.
Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Psicologia – Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes RO, 2021.

1. Identidade de Gênero. 2. Transição de Gênero. 3. Pessoas Transgênero. 4. LGBTQIA+. 5. Violência de Gênero. I. Título. II. Rodrigues, Pedro Octávio Gonzaga.

CDD 150

Bibliotecária Responsável
Herta Maria de Açucena do N. Soeiro
CRB 1114/11

FAEDRA PROÊZA DE PAULA

**O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO PARA OS FAMILIARES DE
PESSOAS TRANS**

Trabalho de Conclusão de curso para a
obtenção do Grau de Bacharel em
Psicologia apresentado a Faculdade de
Educação e Meio Ambiente – FAEMA.

Banca Examinadora

Prof.º Dr. Pedro Octávio Gonzaga Rodrigues
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Prof. Ma. Yesica Nunez Pumariega
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

Prof. Ma. Jessica De Sousa Vale
Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA

ARIQUEMES – RO

2021

Dedico esta monografia aos meus pais, pilares da minha formação como ser humano. Também dedico este projeto a todos os professores que influenciaram na minha trajetória. Em especial à professora Ma. Carla Patrícia Rambo Matheus, com quem compartilhei minhas dúvidas e angústias a respeito do tema. E por fim a todas as pessoas Transgênero que se foram, e as que se sintam aqui representadas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos. Por permitir que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da minha jornada.

Aos amigos que sempre estiveram ao meu lado e pela amizade incondicional. Aos familiares, por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste sonho. Em especial aos meus pais. Irmãos e companheiro, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste.

A professora, Psicóloga e Pesquisadora Ma. Carla Patrícia Rambo Matheus, por ter sido tão paciente e empática, além de uma das melhores professoras que tive e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade. Aos professores, Pedro Octávio, Eliane Azevedo e Hanns Muller, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica. Aos meus colegas de classe, onde tivemos uma intensa troca durante os últimos anos, pelo companheirismo e pelo compartilhamento de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formanda, onde pude cultivar lindas e genuínas amizades, em especial Jaqueline Guerra Lafuente, Josiane Januário Silva e Thais Rodrigues Dos Santos, mulheres incríveis que eu tive a felicidade de encontrar e carregar para vida. E por fim à instituição de ensino Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA, que foi essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos na mesma.

Colorir

Faltar tinta
No dia que o céu for livre
Pra todos serem o que são
Cobertos pelo sol, sem nenhum tipo
de opressão
Faltar nomes
Pra descrever o mundo sem as
misérias
O que sentimos, o que nos tornamos
O novo ser sem medo de viver
Faltar a falta que nos entristece
Que hoje enche o peito de vazio e
fumaça
Não faltará amor, não faltará sonhos
O novo mundo se abrir para o futuro
Onde o presente dominar o passado
E nossos corações enfim serão
salvos.

Virgínia Guitzel

RESUMO

O processo transexualizador é um momento extremamente importante na vida de pessoas transgênero, podendo se perpetuar em qualquer fase da vida e é caracterizado por transformações pontuais na aparência física dos mesmos. Nesse processo, a família desenvolve papel fundamental de apoio, por estar ao lado desses indivíduos a cada momento. Dado essa ligação familiar, essa pesquisa teve como objetivo observar os principais aspectos que atingem a família de pessoas trans no processo transexualizador. O estudo teve como método uma revisão sistemática da literatura, que procurou sintetizar bibliografias a partir da Biblioteca Virtual e Saúde e do *Scientific Electronic Library Online*. Os critérios de inclusão foram: literaturas publicadas em língua nacional ou estrangeira; nos últimos 20 anos (de 2001 a 2021); textos completos e orientados por metodologia científica e relacionados com a problemática e com os objetivos da pesquisa. Como resultados, foram selecionados 8 bibliografias que se mostraram elegíveis para o estudo. Os principais resultados foram: A família pode atuar positivamente ou negativamente no processo transexualizador; As famílias tendem a defender o discurso cis-heteronormativo; Em decorrência da família, algumas pessoas trans negam sua identidade e acabam sofrendo; A família pode se apresentar como um ambiente tóxico, caracterizado pelo preconceito e violência; As experiências traumatizantes dentro da família podem gerar patologias nas pessoas trans, tais como depressão, ansiedade e desejo suicida. Conclui-se que o estudo pode ser utilizado para a disseminação de informações a respeito da transexualidade para a sociedade, trazendo protagonismo a essa população marginalizada.

Palavras-chave: Identidade de gênero. Pessoas transgênero.

ABSTRACT

The transsexualizing process is an extremely important moment in the lives of transgender people, which can be perpetuated at any stage of life and is characterized by specific changes in their physical appearance. In this process, the family plays a fundamental role of support, as it is by the side of these individuals at all times. Given this family connection, this research aimed to observe the main aspects that affect the family of transgender people in the transsexualizing process. The method of the study was a systematic literature review, which sought to synthesize bibliographies from the Virtual and Health Library and the Scientific Electronic Library Online. Inclusion criteria were: literature published in national or foreign language; in the last 20 years (from 2001 to 2021); complete texts and guided by scientific methodology and related to the problem and research objectives. As a result, 8 bibliographies that were eligible for the study were selected. The main results were: The family can act positively or negatively in the transsexualizing process; Families tend to defend the cis-heteronormative discourse; As a result of the family, some trans people deny their identity and end up suffering; The family can present itself as a toxic environment, characterized by prejudice and violence; Traumatizing experiences within the family can generate pathologies in trans people, such as depression, anxiety and suicidal desire. It is concluded that the study can be used to disseminate information about transsexuality to society, bringing prominence to this marginalized population.

Keywords: Gender identity. Transgender people.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bibliografias obtidas a partir das palavras-chave	28
Tabela 2 – Bibliografias incluídas na revisão	28
Tabela 3 – Principais resultados observados	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS.....	13
2.1 OBJETIVO GERAL	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3.1 ESSENCIALISMO E CONSTRUTIVISMO	14
3.2 TRANSEXUALIDADE.....	15
3.2.1 Conceitos e processo de construção.....	15
3.2.2 História da transexualidade.....	18
3.2.3 Conquista de direitos.....	22
3.2.4 Violência e preconceito contra pessoas transexuais	23
4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	26
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

Segundo Barifouse (2018), transgêneros (ou “trans”) são pessoas que não se reconhecem dentro do seu sexo biológico. Isso pode ser observado de diversas maneiras: um homem ou uma mulher que não se identificam como tais ou mesmo alguém que não se identifique com nenhum dos sexos. O que não significa “estar em um corpo errado”, mas sim sobre as perspectivas que constroem uma identidade de gênero a partir de aspectos sociais e psicológicos. O termo “transgênero” surgiu em 1965 pelo psiquiatra americano John Oliven da Universidade de Columbia, através do livro “Higiene Sexual e Patologia”, sendo popularizado nos anos posteriores.

Em alguns casos as pessoas trans percebem sua identidade desde muito novas, ainda na infância. Já outras mais tarde. Essa percepção não tem uma regra ou faixa etária para acontecer, em qualquer fase da vida ou idade a pessoa pode se compreender trans. Junto à autopercepção do gênero surge também a insatisfação com a aparência e o desejo de modificar o corpo a fim de ter uma figura corpórea correspondente ao gênero no qual ela se identifica. Esse processo chama-se transição de gênero, e na maioria dos casos sem assistência especializada, tendo em vista a falta de profissionais preparados para atender essa população e também por questões de cunho financeiro (KENNEDY, 2010).

No Brasil, em alguns poucos estados existe o processo transexualizador, onde uma equipe multidisciplinar presta atendimento à população trans no processo de transição. A assistência deve ser integral, percorrendo o atendimento ambulatorial, onde uma equipe multidisciplinar constituída por médico, psicólogo, assistente social e enfermeiro, deve realizar o acompanhamento. Além disso, a assistência também deve permanecer dentro dos âmbitos pré-intra-pós hospitalar nas cirurgias de redesignação sexual. A inserção desse processo no Sistema Único de Saúde (SUS) se deu através de políticas públicas que visam o bem estar da pessoa trans em todos os aspectos hígidos (LIONÇO, 2009).

Todo esse processo, desde a identificação do gênero, a transição e o preconceito é muito difícil para essas pessoas e em meio a tudo isso existem as famílias que também passam por todas essas questões. A forma com que esses

familiares reagem, influencia de maneira positiva ou negativa no processo. Quando a família acolhe, a jornada se torna menos dolorosa, em contrapartida quando esse afeto é escasso a tendência é que vínculos emocionais importantes se desfaçam, tornando a transição mais difícil (ROCON; SODRÉ; RODRIGUES, 2016).

Sabe-se que ao longo da história na realidade das pessoas transgênero ocorreram mudanças tanto no âmbito psicológico quanto nos de interesse Civil. A perspectiva das pessoas enquanto sociedade, e principalmente família em relação a pessoas trans também se metamorfoseou e vem sendo cada vez mais discutida (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017).

Compreende-se que esse tema ainda é um tabu na atualidade. Além disso, observa-se que estudos acerca deste tema ainda são escassos, mas nesta pesquisa busca-se falar sobre o assunto, através da observação das bibliografias mais recentes, produzindo um conhecimento real e científico. Dessa maneira, busca-se fugir da heteronormatividade, que ao longo da história priorizou a perspectiva biológica para determinar o que é feminino e masculino, por ser algo mais socialmente aceito (PETRY; MEYER, 2011).

Portanto, tendo em vista essa quase que invisibilidade acadêmica com a falta de material científico acerca da população transgênero e suas relações, não limitando a pesquisa apenas a aspectos ligados à saúde/doença, como a grande maioria dos trabalhos nessa temática são, esse artigo tem por objetivo investigar como as famílias de pessoas transgênero vivenciam o processo de transição de gênero do ente. O estudo foi realizado a partir da revisão de literaturas pertinentes com o tema.

Toma-se como perspectiva, alguns estudos norte-americanos, como o de Klein e Golub (2016), que identificaram que a família está diretamente ligada à aspectos como sofrimento psíquico, depressão e tentativas de suicídio por pessoas trans. Mostra-se relevante compreender os demais resultados que cientistas e pesquisadores podem apresentar referentes ao assunto.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Investigar como reagem as famílias de pessoas trans ao processo de transição de gênero do ente.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o processo transexualizador para a família;
- Entender o papel da família nesse período, e as consequências de seus comportamentos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ESSENCIALISMO E CONSTRUTIVISMO

Antes de iniciar as discussões a respeito da transexualidade, é fundamental compreender duas abordagens usadas para estudo da sexualidade e gênero: o essencialismo e o construtivismo social.

A autora pós-estruturalista Judith Butler traz discussões e questionamentos a respeito do essencialismo biológico, pois este considera apenas as tangentes físicas e orgânicas para a determinação do gênero. Conforme salienta Roudinesco (2008), essas concepções surgiram no século XVI no Ocidente através do catolicismo, passando a ser intensificadas no século XIX através de correntes científicas, tais como o darwinismo social e a sociologia genética.

Sendo assim, o essencialismo relaciona a sexualidade humana apenas com as características biológicas individuais. Com isso, ao passo que o essencialismo traga a patologização do homossexualismo, acaba sendo importante, pois afastou a visão de que esses indivíduos seriam criminosos ou pecadores. Além disso, essa abordagem proporcionou com que a medicina desse respaldo à sexualidade e seus 'desvios', buscando trabalhar para que os mesmos fossem corrigidos e controlados (JUNIOR, 1999; ZAMBRANO, 2003).

É importante compreender que o mesmo cenário pode ser observado no processo de introdução da transexualidade nos aspectos médicos na sociedade, conforme será observado posteriormente.

Enquanto isso, o construtivismo surgiu entre o final dos anos 60 e início dos 70, trazendo a sexualidade como uma construção social, ou seja, oriunda de fatores históricos e sociais. Nessa perspectiva, a identidade sexual dos indivíduos seria uma escolha ou uma opção e as diferenças seriam definidas a partir das condições sociais e culturais de cada um. Ou seja, observa-se que essas novas teorias da sexualidade estão mais relacionadas com o âmbito das ciências sociais, tais como a sociologia e a antropologia, sendo influenciadas por correntes filosóficas e psicológicas (JUNIOR, 1999).

Assim, ao pensar em construção social, a visão construtivista de gênero acaba questionando a perspectiva ideológica e das certezas pré-estabelecidas para determinação da identidade (ZAMBRANO, 2003).

3.2 TRANSEXUALIDADE

3.2.1 Conceitos e processo de construção

Argentieri (2009) afirma usando um viés psicanalítico que os transtornos da identidade sexual de gênero influenciaram no surgimento do princípio da nosografia psiquiátrica a partir do início do século 20. O princípio segue um critério prevalentemente descritivo e fenomenológico. Segundo a autora:

Havia distinção clara entre travestismo (homens com ânsia compulsiva de vestir roupas femininas, mas que queriam preservar sua masculinidade psicofísica), e transexualismo (homens que odiavam a própria anatomia e queriam desesperadamente mudá-la a qualquer custo para a anatomia feminina). Ambas as síndromes foram de qualquer modo colocadas firmemente na categoria das perversões (ARGENTIERI, p. 168, 2009).

Para o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV (Associação Americana de Psiquiatria, 1995) o caso de pessoas transexuais quando se falavam de mudança de nome e cirurgia de mudança de sexo, esse processo era visto como um tratamento para o transtorno (nessa época ainda visto como doença) e tinham autorização nesse sentido dos discursos médicos e jurídicos para executar. Teixeira (2008) evidencia um lado positivo que a cirurgia de mudança de sexo passa ocupar no imaginário social e os benefícios que uma técnica pode retribuir ao biológico do indivíduo e colaborando para seu bem estar.

Segundo Argentieri (2009), a definição de identidade de gênero relaciona-se com as etapas arcaicas da vida humana, onde, a partir das relações com os pais, os indivíduos passam a observar um senso de compreender-se ao sexo masculino ou ao sexo feminino. Essas relações são desenvolvidas nos níveis pré-verbais e sensoriais. Nesse sentido, Jesus (2012) afirma que a sociedade no geral acredita na

ideia de que unicamente os órgãos genitais definem se alguém é homem ou mulher, dirimindo a ação social nesse sentido (JESUS; ALVES, 2010).

Historicamente, o papel da paternidade na partilha dos sexos é um dos aspectos fundamentais para a percepção do sujeito sobre si. Quinet (2009) salienta que o Complexo de Édipo é o ponto de partida para isso. Para o autor, é a partir do Complexo que a psicanálise passa a considerar o significante do Nome-do Pai no Outro nessa perspectiva. Ocorre que a partir desse tempo, há o ingresso do sujeito da ordem simbólica, causando implicações sobre a existência e o sexo. Trata-se da cadeia do significante no inconsciente e é caracterizado pelo detrimento do falo da mãe por parte da criança.

É importante observar que o falo é parte importante para o desenvolvimento do sujeito, estando relacionado com os aspectos de evolução e permitindo com que o mesmo atribua significações para os seus significantes. Dessa maneira, o falo torna-se o significante que permite com que o sujeito se situe nos aspectos do sexo feminino e masculino (QUINET, 2006).

Lacan (1999) evoca posição importante nesse sentido, ao apresentar a maneira como o sujeito se apresenta em relação ao falo:

O Complexo de Édipo tem a função normativa, não simplesmente na estrutura moral do sujeito, nem em suas relações com a realidade, mas quanto à assunção do seu sexo [...]. [...] há no Édipo a assunção do próprio sexo pelo sujeito, isto é, para darmos os nomes às coisas, aquilo que faz com que o homem assuma o tipo viril e com que a mulher assumira certo tipo feminino, se reconheça como mulher, identifique-se com suas funções de mulher. A virilidade e a feminilização são os dois termos que traduzem o que é, essencialmente, a função do Édipo (LACAN, 1957-1958/1999).

Vale citar que algo bastante característico da transexualidade refere-se a função do semblante, isto é, a maneira como a aparência de uma pessoa trans é apresentada. Esse semblante recebe interferência direta das vivências observadas pelo indivíduo ao longo de sua vida. Tal fato dá-se pelo esforço que esse indivíduo desempenha para tentar se adequar aos comportamentos esperados para aquele gênero. Torna-se importante compreender que o semblante se relaciona com a aparência e o transexual acaba atribuindo uma essência para a sua identidade, trazendo isso como uma via de escape do sofrimento o do sentimento de não-pertencer ao seu sexo biológico (COSSI, 2010).

Dessa maneira, compreende-se que o corpo é um local onde toda a vivência humana é passada. Tal vivência é subjetiva, isto é, ocorre de maneira imprevista. Miller (2004) salienta a perspectiva de Lacan, que ao sintetizar o Estádio do Espelho permite distinguir o organismo biológico do corpo visual. Nessa concepção, o corpo visual é constituído de identificações imaginárias e traz valor de vida para o indivíduo (MILLER, 2004).

Para se entender melhor a questão do gênero, é necessário compreender as relações humanas e a maneira como elas acontecem. Barreto e Araújo (2009) dizem que dentro do âmbito das ciências sociais e humanas, o conceito de gênero é relacionado com a construção social do sexo anatômico, por isso, faz-se necessário distinguir a dimensão biológica da social. Sendo assim as pessoas como sociedade acreditam de forma equivocada na ideia de que existem machos e fêmeas a partir de uma visão biológica destes, atrelando assim suas identidades a formas engessadas de masculinidade e feminilidade.

Mas sabe-se que a maneira de ser homem ou mulher é aprendida socialmente, culturalmente. Nesse sentido, o gênero é construído socialmente, não se restringindo ao biológico dos corpos e genitálias. Com essa mesma ideia Beauvoir, em 1980 escreveu em seu livro “O Segundo Sexo” o pensamento de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 9). E para todo indivíduo, independente de sua estrutura, o primeiro grupo social no qual ele tem contato é a família.

Dias (2005) diz que a família é compreendida como o primeiro grupo e estrutura social que os indivíduos têm contato e acaba sendo uma influência (positiva/ negativa) tanto social, cultural quanto psíquica do mesmo. É uma grande responsabilidade, pois a família se torna uma instituição com direitos e deveres, guiados pelo respeito e pelo afeto, com o objetivo de que, ao final, ela tenha proporcionado aos seus entes uma estruturação psíquica familiar saudável, capaz de lidar com as demandas sociais existentes, dentro e fora do círculo familiar. A psicanálise acredita haver um consenso no que se refere aos papéis paterno e materno, já que os mesmos têm funções muito importantes na estruturação do psiquismo, como a formação da personalidade, por exemplo, desde a infância a até a fase adulta do sujeito.

Bruschini (2000) afirma que existem diversas formas e estruturas diferentes de famílias, diz ainda que a história das famílias são distintas e únicas, cada uma tem sua bagagem própria, afinal cada ente tem uma personalidade singular, vivem a individualidade e coletividade nesse grupo.

Ainda a esse respeito Bruschini (2000) afirma que:

A família é também um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa dinâmica, trama de emoções; ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. A sexualidade, a reprodução, a sociabilização são esferas potencialmente geradoras, tanto de relações prazerosas quanto conflitivas [...] Não há completa harmonia e unidade interna na família. Esta é o seio de lutas pela individualização de seus membros, que entram em conflito com os esforços do grupo para manter a unidade coletiva (BRUSCHINI, 2000,p. 77).

3.2.2 História da transexualidade

O sentimento transexual de pertencimento a outro sexo é bastante discutido ao longo da história. Conforme salienta Ceccarelli (2008), essa temática percorre a história por muito tempo, tendo em vista que desde o surgimento da mitologia greco-romana existem narrativas de personagens que se vestiam com roupas femininas e que afirmavam seus sentimentos de não estarem inseridos no seu sexo biológico.

O historiador Castel (2001) divide a história da transexualidade em quatro fases definidas ao longo da evolução cultural e científica da humanidade, as saber:

- 1ª fase: relaciona-se ao período em que houve a descriminalização da homossexualidade;
- 2ª fase: relaciona-se com o período em que houve o avanço da endocrinologia, principalmente entre as guerras, o que foi base fundamental para o surgimento do “fenômeno transexual”;
- 3ª fase: deu-se entre 1945 a 1975, a partir do avanço da sociologia e a do surgimento da teoria da influência determinante do meio, bem como com o processo de socialização dos indivíduos ditos hermafroditos e que

possuíam anormalidades nas genitálias. Além disso, também estavam envolvidos os meninos que acidentalmente tinham os órgãos genitais mutilados e dos transexuais;

- 4ª fase: relaciona-se com o momento em que houve a luta pela despatologização da transexualidade, que até o momento era vista como doença, evidenciado pelo uso do termo “transexualismo”, além de questionamentos a respeito da identidade sexual.

Laqueur (2001) apresenta que alguns eventos progressos à classificação de Castel mostram-se fundamentais para o entendimento da atual conjuntura transexualidade. Com isso, observa-se que a diferenciação dos órgãos genitais femininos e masculino é algo relativamente novo na sociedade, visto que no início do século XIX essa diferenciação era ausente na literatura. Nessa época, os ovários e os testículos eram entendidos como o mesmo órgão pertencente ao sistema interno das mulheres (LAQUEUR, 2001).

A partir dessas perspectivas da época, os médicos não interpretavam a anatomia distinta dos corpos de homens e mulheres fazendo distinção de qualidade entre espécies, apenas no sentido dos graus de uma mesma espécie. Com isso, foi sendo construída a diferenciação entre os sexos, que é tida como base para a prescrição da heterossexualidade e para as posteriores definições de sexo da modernidade (LAQUEUR, 2001).

Nesse período também é característico um processo de diferenciação sexual a partir de implicações legais e sociais, onde se observa um processo de determinação do sexo que estava além apenas dos aspectos da medicina (LAQUEUR, 2001).

Com o avanço teórico sobre o assunto e a partir da intensificação da presença do sexo nos discursos é que começa a ser observado o surgimento de uma ciência da sexualidade. Tal avanço teve forte influência da ação concomitante entre as teorias biológicas da sexualidade com os aspectos jurídicos. Nesse momento, inicia-se o debate a respeito da distinção da ideia da incorporação de dois sexos em um só corpo, limitando assim “a livre escolha dos indivíduos incertos” (FOUCAULT, 1988, p. 116).

É a partir dessas perspectivas que surge a necessidade dos organismos de poder em saber, por intermédio da medicina, o reconhecimento na esfera civil do sexo da pessoa determinado pela natureza. A submissão a normas de cunho de sexo, gênero, prazeres e desejos proporcionou a compreensão do ser humano como um ser “sexuado”, o que pode ser trabalhado como um princípio hermenêutico de autointerpretação (BUTLER, 2014).

Não exime de citar que a temática do transexualismo dentro de áreas como a psiquiatria, psicanálise e sexologia era tida como uma patologia, definido por um “transtorno de identidade”, tendo em vista a dualidade entre o sexo biológico e o gênero. O do diagnóstico de transexualismo é baseado em uma percepção binária heterossexual, que acaba configurando e regulando o sistema da sexualidade e da subjetividade humana. Com isso, por não se encaixar no modelo de correspondência entre sexo biológico e gênero a transexualidade acabou sendo tratada como uma patologia da identidade sexual, ao passo que a homossexualidade avançava para despatologização (AMARAL, 2007).

Destaca-se que ainda é recente o uso da expressão “transexual” na história: o seu primeiro uso é apontado para 1953, quando foi utilizada pelo americano Harry Benjamin, um endocrinologista que procurou designar indivíduos que apresentavam aparelhos genitais biologicamente normais e em perfeito estado, mas que relatavam o desejo profundo de realizar a troca de sexo. Vale destacar que o médico defendia que a única terapia para indivíduos nessa situação era a cirurgia de transgenitalização (FRIGNET, 2002).

1952 é o ano em que houve o nascimento do “fenômeno da transexualidade”, a partir das intervenções praticadas pelo endocrinologista Christian Hamburguer, em Copenhague (Dinamarca). O médico realizou a transformação da aparência sexual de George Jorgensen (28 anos) por intermédio de terapias hormonais e cirúrgicas. O paciente também foi acompanhado pelo médico Harry Benjamin e por psicólogos. A partir de então George então pode viver como Christine (FRIGNET, 2002).

Nas décadas de 60 e 70 houve intensificação dos procedimentos cirúrgicos em pessoas trans. Também surgiram os diagnósticos que buscavam diferenciar transexuais de gays, lésbicas e travestis. Em 1969, ocorreu o primeiro congresso da Associação Harry Benjamin, em Londres, onde a transexualidade começou a ser

tratada como “disforia de gênero”, envolvida nas “desordens da Identidade de gênero” (BENTO; PELÚCIO, 2012).

O avanço nos debates sobre o tema levou a produção de um diagnóstico específico para transexuais e 1980 ocorreu o marco da inclusão da transexualidade no Código Internacional de Doenças (CID), passando a ser reconhecida como doença em todo o âmbito internacional. De maneira concomitante, a Associação de Psiquiatria Norte Americana (DSM) também agiu em classificar a transexualidade, incluindo-a no rol dos “transtornos de identidade de gênero” (BENTO; PELÚCIO, 2012).

Nesse sentido, os documentos apenas fixavam os indivíduos transexuais como seres transformados, não considerando os fatores históricos, culturais, sociais e econômicos em seu processo construtivo. Conforme salientam Bento e Pelúcio (2012), conforme a patologização da transexualidade era trabalhada na ciência como transtorno de gênero, a heterossexualidade mantinha-se atendendo aos anseios sociais em que o menino deve reproduzir a masculinidade e a menina deve reproduzir a feminilidade.

No Brasil, o Conselho Federal de Medicina somente passou a reconhecer e autorizar as cirurgias de transgenitalização no final da década de 90, a partir da Resolução nº 1.482 do ano de 1997, sendo posteriormente disciplinadas através da Resolução nº 1.652/02, mas que limitavam-se aos procedimentos cirúrgicos plástico-reconstrutiva de órgãos. Foi somente em 2010, com a publicação da Resolução nº 1.955/10 que o Conselho começou a tratar a temática com maior abrangência. Atualmente, as cirurgias são regidas pela Resolução nº 2.265/19, que também trouxe à tona os cuidados específicos com pessoas transgênero.

Segundo o “Manual de Comunicação LGBT”, até 1973 utilizava-se o termo “homossexualismo”, ou seja, até esse período a homossexualidade era tida como uma doença. Em 1973, a homossexualidade foi retirada da lista de distúrbios da American Psychology Association e a expressão “homossexualismo” entrou em desuso. No Brasil, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia atentou-se com o assunto e elaborou a Resolução nº 001/99, que seguiu a mesma linha dos organismos internacionais e passou a desconsiderar a homossexualidade como doença (HOSCHEIDT, 2018).

3.2.3 Conquista de direitos

Inicialmente, há que se destacar que a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi uma base fundamental para a garantia de direitos no período de redemocratização. Observa-se que todo o texto da CF busca trabalhar os aspectos de igualdade da sociedade. Nessa premissa, destaca-se o que salienta o inciso IV do Art. 3º: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

No que tange a rede pública de saúde, é importante citar que o Sistema Único de Saúde (SUS) deve trabalhar o atendimento integral à pessoa trans, garantindo-a os seus direitos. Nesse sentido, o Ministério da Saúde criou a Portaria nº 1.820/09, a respeito dos direitos dos usuários dos serviços de saúde e destaca no Parágrafo Único do Art. 4º que:

Parágrafo único. É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência, garantindo-lhe:

I - identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas (BRASIL, 2009).

As legislações que abarcam a população transgênero são relativamente novas, visto que apenas em 1997 a cirurgia de redesignação sexual foi reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina em caráter experimental. Até então o tema era tratado de forma velada e não existiam regulamentações, evidenciando o preconceito e a discriminação que em geral acompanhavam os temas ligados à sexualidade humana na época (CFM, 1997).

Partindo para uma área mais abrangente, em 28 de abril de 2016, o Decreto Presidencial nº 8.727/16 surge para regulamentar e dispor sobre o uso do nome social para travestis e transexuais no território brasileiro dentro do âmbito da

administração pública federal servindo como base para orientação dos estados e municípios nesse mesmo objetivo (BRASIL, 2016).

À essa conquista, a coordenadora do Núcleo Aplicado das Minorias e Ações Coletivas (NUAMAC) da DPE-TO (Palmas) Letícia Amorim afirma:

O direito ao nome social é muito importante, e é uma conquista para esse seguimento da população que luta diariamente contra esse constrangimento, e durante muito tempo viveram na marginalidade, e quando falo marginalidade quero dizer à margem da sociedade, sendo obrigadas a conviver com o nome com o qual não se identificavam. Já com o Decreto Presidencial ficou um pouco mais fácil, porque outros poderes começaram a seguir o que foi determinado no decreto, tanto municipal, executivo, legislativo, judiciário (SANTANA, 2018, p. 01).

De igual maneira, outra conquista importante para a população transexual foi tida em 29 de Julho de 2018, quando a Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) trouxe regulamentação a respeito da alteração do nome e gênero nos documentos de pessoas trans. Mesmo o assunto já tendo respaldo do Supremo Tribunal Federal (STF) desde março de 2018 alguns estados aguardavam deliberação da CNJ para colocar a decisão em prática (LADO A, 2018).

A conquista mais recente para a população trans ocorreu em 2019, quando houve a desconsideração da transexualidade como uma doença mental pela OMS (Organização Mundial da Saúde), que desde 1990 (mesmo ano que o termo homossexualismo saiu da lista e deixou de ser entendido como doença) era incluída na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) 10, como transtorno de identidade de gênero, passando a ser considerado na CID 11 como Incongruência de gênero. Desde então, o sufixo “ismo” que remete a doença foi eliminado, passando ser tratada como “transexualidade” em caráter teórico, pois na prática o sufixo já estava em desuso (SUDRÉ, 2019).

3.2.4 Violência e preconceito contra pessoas transexuais

O Disque 100 é um canal muito procurado para denúncias de violência contra a população LGBT ou que se encontra em situação de vulnerabilidade. O

canal foi criado em 2011 e teve a maior aderência no ano posterior ao de sua criação. Nos anos seguintes, o canal teve uma queda, mas a partir de 2015 as ligações subiram novamente (BRASIL, 2019).

A violência contra travestis e Transexuais é bastante observada e corriqueira. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), em 2020, foram registrados 175 assassinatos de pessoas trans no país (41% a mais que no ano anterior), sendo o estado de São Paulo o que mais concentra mortes. O relatório divulgado pela Antra baseia-se em notícias vinculadas na mídia e aponta que a maioria dos casos se concentra na região Nordeste (43%), sendo as vítimas majoritariamente negras (78%). Há que se destacar que na maioria dos casos (77%) no assassinato houve requinte de crueldade (MINUANO, 2021).

Em relação ao preconceito, toma-se necessário compreender o seu conceito. Mezan (1998) afirma que o preconceito é:

[...] o conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que consiste em atribuir a qualquer membro de determinado grupo humano uma característica negativa, pelo simples fato de pertencer àquele grupo: a característica em questão é vista como essencial, definidora da natureza do grupo, e, portanto, adere indelevelmente a todos os indivíduos que o compõem (MEZAN, 1998, p. 226).

Na convivência social o preconceito acontece de diversas maneiras, em atitudes de intolerância, discriminação, racismo e ódio. Alguns preconceitos bastante observados no Brasil são: machismo, racismo, xenofobia, homofobia e transfobia. Essas atitudes preconceituosas podem ser observadas tanto de maneira velada, isto é, através de insultos verbais ou não verbais, calúnias, atitudes vexatórias e ironias, quanto de maneira explícita, ou seja, quando ocorre perseguição, violência e mesmo morte (SILVA, 2003).

Nos dias atuais, com o desenvolvimento das redes sociais, observa-se cada vez mais a propagação de discursos de ódios transfóbicos de maneira indiscriminada. Compreende-se que grande parte da base para a disseminação do preconceito relaciona-se com a crença individual de superioridade cultural e social em relação às outras pessoas (CRUZ, 2012).

Evidentemente, esses aspectos são problemáticas sociais que precisam ser combatidas cada vez mais através de políticas públicas que garantem e reforçam às pessoas pertencentes às minorias sociais o direito à proteção e segurança do Estado, tais como a população trans.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Essa pesquisa trata-se de uma revisão sistemática da literatura a respeito das perspectivas dos familiares de pessoas transexuais durante o processo transexualizador. O estudo tomou como base as seguintes etapas: Etapa 1 – Definição do tema da pesquisa; Etapa 2 – Formulação do problema e dos objetivos; 3 – Elaboração do referencial teórico base; Etapa 4 – Formulação da metodologia da pesquisa; Etapa 5 – Levantamento das bibliografias da revisão; Etapa 6 – Sintetização dos resultados e discussões; Etapa 7 – Elaboração das considerações finais do estudo.

Para a seleção das bibliografias, foi utilizada as seguintes bases de dados eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Os Descritores em Ciências da Saúde utilizados no estudo foram: Identidade de gênero. Pessoas transgênero. Relações familiares.

As literaturas observadas a partir da pesquisa com os descritores passaram pelo processo de seleção, que foi orientado a partir dos seguintes critérios de inclusão:

- Literaturas publicadas dentro das bases de dados da BVS ou do SciELO;
- Literaturas publicadas em língua nacional ou estrangeira;
- Literaturas publicadas nos últimos 20 anos (de 2001 a 2021);
- Textos completos e orientados por metodologia científica;
- Literaturas relacionadas com a problemática e com os objetivos da pesquisa.

As bibliografias que não se encaixaram nos critérios de inclusão foram excluídas da revisão.

A quantidade absoluta de bibliografias obtidas através dos descritores em cada base de dados foi apresetado na Tabela 1.

As especificidades das literaturas elegíveis para a revisão, tais como, título, ano, autores e objetivos do estudo foram apresentadas através da Tabela 2.

A sintetização dos principais resultados observados nos estudos dessa revisão foi expressa na Tabela 3.

Por fim, as discussões da revisão foram elaboradas de maneira discursiva a partir dos resultados observados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das palavras-chave (descritores), foi obtido um total de 34.226 literaturas na BVS e 1.994 no SciELO, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Bibliografias obtidas a partir das palavras-chave

Palavra-chave	BVS	SciELO
Identidade de gênero	11.302	754
Pessoas transgênero	4.292	92
TOTAL	15.594	846

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A partir os critérios de inclusão, foram obtidas 8 literaturas que se mostraram elegíveis para o estudo, sendo 3 no SciELO e 5 na BVS. As literaturas incluídas na revisão estão descritas na Tabela 2.

Tabela 2 – Bibliografias incluídas na revisão

Nº	Base	Autor (es)	Título do estudo	Objetivo geral do estudo
1	SciELO	Alexandre; Santos (2019)	Experiência Conjugal de Casal Cis-trans: Contribuições ao Estudo da Transconjugalidade	Desvelar os sentidos atribuídos à conjugalidade por um casal cis-trans
2	SciELO	Paulino; Machin; Valero (2020)	“Pra mim, foi assim: homossexual, travesti e, hoje em dia, trans”: performatividade trans, família e cuidado em saúde	Compreender como um contexto identitário trans mobiliza, na articulação com família e serviço de saúde, performances identitárias
3	SciELO	Freitas; Bermúdez; Hamann (2021)	Sentidos atribuídos por jovens escolares LGBT à afetividade e à vivência da sexualidade	Avaliar as narrativas de jovens escolares autoidentificadas como parte de segmentos sociais LGBT

4	BVS	Silva; Oliveira (2015)	Transexualização em narrativas de histórias de vida sobre a infância	Análise psicossocial do processo de transexualização na infância
5	BVS	Lima et al (2019)	Atributos da Atenção Primária à Saúde e ferramentas de medicina de família no atendimento às diversidades sexual e de gênero: Relato de caso	Apresentar o médico de família e comunidade como um importante profissional na área da saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais.
6	BVS	Santos (2019)	Violência e dor em narrativas de mulheres transsexuais em Manaus	Analisar as violências às quais as mulheres trans são submetidas
7	BVS	Janini (2019)	O cuidado da enfermeira à pessoa transexual, no processo transexualizador, na perspectiva familiar	Analisar as estratégias de cuidado adotadas por enfermeiras com as pessoas transsexuais na perspectiva familiar no processo transexualizador.
8	BVS	Silva (2019)	Do silêncio à aceitação: percursos e desafios das famílias de pessoas trans* em Portugal	Compreender as vivências, significados e experiências das mães e/ou pais face à aceitação do <i>coming-out</i> dos/as filhos/as trans* na família alargada.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Os principais resultados oriundos das literaturas incluídas na revisão estão sintetizados na Tabela 3.

Tabela 3 – Principais resultados observados

Autor	Principais resultados observados nas bibliografias
-------	--

1	Os pais inicialmente apresentam comportamento agressivo e repressor em relação ao ente trans, exigindo uma conduta cisheteronormativa.
2	Com o tempo, a maioria das famílias tendem a aceitar e lidar melhor com a identidade do membro.
3	As famílias se tornam mais violentas devido a não aceitação da condição identitária do ente, e justificam como medida para tentar “corrigir o problema, sobre influência direta da religiosidade e dos costumes conservadores.
4	O sentimento de medo às represarias familiares através de sermões e/ou violência faz com que algumas pessoas trans acabem negando sua identidade.
5	Os familiares muitas das vezes expulsam o ente trans por não aceitarem viver o padrão cisheteronormativo. Em outros casos, a própria pessoa trans toma essa iniciativa, para fugir da violência e toxidade da família.
6	A violência constante dentro da família causa muitas das vezes prejuízos psicológicos nas vítimas, como depressão, baixa autoestima e ideação suicida.
7	A falta de informações da família sobre a transexualidade faz com que a mesma reforce a ideia negativa que está enraizada na sociedade.
8	Nas famílias que ocorre o abandono afetivo a pessoa trans busca uma “nova família”. Essa família adquirida a partir das vivências da pessoa trans é base essencial para seu processo de sobrevivência na sociedade.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

As relações familiares são parte importante do processo de desenvolvimento de quaisquer indivíduos. As experiências vividas no seio familiar influenciam diretamente na apresentação psicológica das pessoas tanto de maneira positiva, quanto de maneira negativa. Observa-se que nas experiências de vida de pessoas trans também há a atuação direta da família. É nessa perspectiva que o estudo de Alexandre e Santos (2019) procurou se alicerçar, a partir da investigação da experiência de vida de um casal cis-trans.

Os autores relatam que a performance da heteronormatividade que acaba sendo exigido pelos pais ao longo da infância e adolescência, implicando em desgastes emocionais que poderão seguir na vida adulta. Isso pode ser observado a partir do anseio da família em fazer com que a criança apresente aparência

semelhante ao seu sexo biológico. Consequências patológicas podem acabar sendo desenvolvidas por pessoas trans, tal como a depressão (ALEXANDRE; SANTOS, 2019).

No entanto, a evolução da compreensão do sujeito sobre si acaba influenciando na família, isto é, ao passo que a pessoa trans evolui como tal a família também pode adaptar-se. O estudo de Alexandre e Santos (2019) reforça isso, visto que na fase adulta as pessoas trans entrevistadas relatam boas experiências familiares, tais como a aceitação dos pais a respeito de sua condição sexual e também a aceitação de sua relação não heteronormativa.

De igual maneira, Paulino, Machin e Valero (2020) reforçam que as performances de identidade de gênero na maioria das famílias de pessoas trans relacionam-se única e exclusivamente com a genitália, ou seja, a família acaba não considerando os aspectos culturais e sociais de construção de identidade que os indivíduos passam na infância e adolescência.

Outro ponto importante está relacionado com os aspectos de apoio familiar à pessoa transexual. Quando há a rejeição familiar ao processo transexualizador do indivíduo muitas problemáticas transexuais poderão ser desencadeadas, tais como: a saída da pessoa trans do seio familiar; a evasão escolar; a busca de empregos subalternos, com destaque a prostituição, visto que as oportunidades de trabalho são praticamente ausentes para esses indivíduos (PAULINO; MACHIN; VALERO, 2020).

O fenômeno da saída de casa pela não aceitação e apoio familiar também é apresentado no estudo de Lima et al (2019). Observa-se que sair desse meio que não compreende o processo de identificação da pessoa trans torna-se uma via de escape ao preconceito e violências e caracteriza o afastamento do mesmo do convívio familiar.

A supervalorização familiar do semblante a das relações heteronormativas pode exceder a simples ausência de compreensão e partir para um cenário mais crítico, que é o da violência. Muitas pessoas trans relatam ter sofrido violência física dentro do seio familiar devido a não aceitação de sua condição sexual, que é aplicada como medida para tentar “corrigir” o problema e sobre influência direta da

religiosidade e dos costumes conservadores (FREITAS; BERMÚDEZ; HAMANN, 2021).

As violências dentro da família podem se perpetuar de variadas maneiras. Pode existir violência física, psicológica, patrimonial e sexual, por exemplo. É possível observar que essas atitudes de cunho moral e corretivo acabam revelando problemáticas sociais preocupantes para a saúde física e emocional das vítimas (SANTOS, 2019).

Dessa maneira, é importante destacar que a violência contra pessoas trans está presente em diferentes estruturas sociais, fazendo com que o indivíduo sinta-se agredido em outros ambientes. Esse fator amplia o estado de vulnerabilidade da pessoa trans e implica em mais problemáticas psicológicas, como a busca pelo isolamento, desenvolvimento de doenças como a ansiedade e mesmo o desejo ao suicídio (FREITAS; BERMÚDEZ; HAMANN, 2021).

O sentimento de medo às represálias familiares através de sermões e/ou violência faz com que pessoas trans acabem negando sua identidade, principalmente na infância, onde ela busca agradar aos estereótipos cis-heteronormativos dentro de casa. Essa atitude acaba por ampliar o sofrimento e o desgaste psíquico e emocional desses indivíduos (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

A influência da família também acaba por limitar a busca da pessoa trans por sua transição física, visto que não recebe apoio para tal. A falta de entendimento a respeito da transexualidade, juntamente com a baixa informação sobre assunto pode causar um estado de inércia na família, que não se preocupa em investigar o assunto, reforçando e apoiando sempre o discurso heteronormativo, que é mais socialmente aceito (JANINI, 2019).

Mediante todos esses aspectos bem característicos que a família consanguínea de pessoas trans pode apresentar, observa-se que muitos desses indivíduos acabam se incluindo em outra família, normalmente formada por uma rede de amigos que acaba dando suporte e apoio ao processo transexualizador e de existência enquanto ser. Essa família adquirida a partir das vivências da pessoa trans é base essencial para seu processo de sobrevivência na sociedade (SILVA, 2019).

Por fim, é importante destacar o que cita Braz et al (2020), que quando a presença e o apoio familiar à pessoa trans é evidenciado de maneira precisa, há o fortalecimento do indivíduo em enfrentar o processo transexualizador. Todo esse processo construtivo familiar pode levar à mudanças nas concepções de valores e paradigmas que outrora só gerava desgaste psíquico ao indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Presente trabalho teve como objetivo beneficiar individualmente e coletivamente as pessoas trans, além daqueles que são leigos do assunto. Observou-se que esses indivíduos são tidos socialmente como uma população marginalizada e sexualizada e que carrega consigo diversos sentimentos fundamentados nos preconceitos sofridos ao longo de sua história, mas que poderão através desse trabalho ganhar voz.

Esse estudo compreendeu que a família desenvolve papel fundamental na vivência de pessoas trans, podendo influenciar tanto de maneira positiva, quanto de maneira negativa no processo transexualizador. A família que apoia o seu membro trans facilita o seu processo transexualizador, enquanto a família que perpetua preconceitos e violências acaba gerando transtornos e agravos à saúde mental desse indivíduo.

Atualmente, a figura de uma pessoa transgênero ainda gera estranheza, tendo em vista algumas características sociais religiosas e conservadoras que ainda são fortalecidas no Brasil, o que acaba colaborando para o agravo do quadro de preconceito, discriminação e intolerância.

Espera-se que esse estudo leve informações importantes para sociedade em geral, que infelizmente ainda são escassas. Além disso, espera-se que a sociedade reflita sobre os aspectos heteronormativos opressores e que os indivíduos transgêneros tenham suas individualidades respeitadas dentro e fora de suas famílias. Por fim, reforça-se a necessidade de que pessoas transexuais e travestis ocupem cada vez mais espaços dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Vinícius; SANTOS, Manoel Antônio dos. Experiência conjugal de casal cis-trans: contribuições ao estudo da transconjugalidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/JcvF89SD84PGPPbBzQWyBMt/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 17 set. 2021.

AMARAL. Daniela Murta. **A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero sobre as práticas de saúde**. 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1955_1935_amaraldanieia.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

ARGENTIERI, Simona. Travestismo, transexualismo, transgêneros: identificação e imitação. **Jornal de Psicanálise**, v. 42, n. 77, p. 167-185, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352009000200012. Acesso em: 12 out. 2021.

Associação Americana de Psiquiatria. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; Pereira, Maria Elisabete. **Gênero e diversidade cultural nas escolas: formação de professores em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais – Livro de Conteúdo**. Rio de Janeiro, Centro LatinoAmericano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM); Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ), 2009.

BARIFOUSE, Rafael. Como ser transgênero foi de aberração e doença a questão de identidade. **BBC News**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.bbc.com/portuguese/amp/geral-44651428>. Acesso em: 12 out. 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo: fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 569-581, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GYT43pHGkS6qL5XSQpDjrqi/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009**. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília, 2009.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disque 100 registra aumento de 19,12% no número de denúncias. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/novembro/disque-100-registra-aumento-de-19-12-no-numero-de-denuncias>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRAZ, Denise Garrido de Carvalho et al. Vivências familiares no processo de transição de gênero. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/czHnsGb3ghN9XgsdQsxVCvR/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Teoria crítica da família**. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos pagu**, p. 249-274, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 77-111. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n41/a05v2141.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Transexualismo**. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

CNJ autoriza retificação de documentos para pessoas trans em todo o Brasil. **Lado A**, 2018. Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2018/05/noticias/tribunal-do-rio-grande-do-sul-autoriza-retificacao-de-nome-e-sexo-nos-documentos-de-pessoas-trans/>. Acesso em: 12 out. 2021.

Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 1.482, de 10 de setembro de 1997**. CFM. Brasília, 1997.

Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 1.652, de 06 de novembro de 2002**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução 1.482/97. CFM. Brasília, 2002.

Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 1.955, de 12 de agosto de 2010**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. CFM. Brasília, 2010.

Conselho Federal de Medicina. **Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019.** Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. CFM. Brasília, 2019.

COSSI, Rafael Kalaf. Transexualismo e psicanálise: considerações para além da gramática fálica normativa. **A peste Revista de Psicanálise, Sociedade e Filosofia**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 199-223, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/apeste/article/view/12082>. Acesso em: 12 out. 2021.

CRUZ, Ruleandson do Carmo. Preconceito social na Internet: a reprodução de preconceitos e desigualdades sociais a partir da análise de sites de redes sociais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, p. 121-136, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/8xYgCRrbrFFFnxbrFFyt7nk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direitos das famílias**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

FOUCAUT, Michel. **História da Sexualidade I. A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal; 1988. FRIGNET, Henry. **O Transexualismo**. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2002.

FREITAS, Sandra; BERMÚDEZ, Ximena Pamela Díaz; MÉRCHAN-HAMANN, Edgar. Sentidos atribuídos por jovens escolares LGBT à afetividade e à vivência da sexualidade. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, 2021. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sausoc/2021.v30n2/e190351/>. Acesso em: 17 out. 2021.

FRIGNET, Henry. **O Transexualismo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

HOSCHEIDT, Laura Machado. **A conquista de direitos a partir do julgamento da ADI 4.275**. 2018. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/184184/001078019.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 out. 2021.

JANINI, Janaina Pinto et al. **O cuidado da enfermeira à pessoa transexual, no processo transexualizador, na perspectiva familiar**. 2019. 44 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/biblio-1087441>. Acesso em: 17 out. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/download/2150/pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

JUNIOR, Veriano de Souza Terto. Essencialismo e construtivismo social: limites e possibilidade para o estudo da homossexualidade. **ScientiaSexualis – Revista do**

Mestrado em Sexologia. v. 5, . 2, p 23-42, 1999. Disponível em:
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-13927>. Acesso em: 12 out. 2021.

KENNEDY, Natasha. Crianças Transgênero: mais do que um desafio teórico. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/download/2151/pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

Klein A, Golub SA. Family rejection as a predictor of suicide attempts and substance misuse among transgender and gender nonconforming adults. *LGBT Health*. 2016;3(3):193

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 5: As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LIMA, Átila Mourão et al. Atributos da Atenção Primária à Saúde e ferramentas de medicina de família no atendimento às diversidades sexual e de gênero: Relato de caso. **Revista Brasileira De Medicina De Família E Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1785-1785, 2019. Disponível em:
<https://pesquisa.bvsalud.org/bvsmms/resource/pt/biblio-1009655>. Acesso em: 17 out. 2021.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, p. 43-63, 2009. Disponível:
<https://www.scielo.br/j/physis/a/pxSyLfDd8pZzdQ6tknGbWnx/abstract/?lang=pt>. Acesso: 12 out. 2021.

MEZAN, Renato. **Tempo de muda: ensaios de psicanálise**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MILLER, Jacques-Alain. **Biologia lacaniana e acontecimentos de corpo. Opção Lacaniana**. São Paulo: Eólia, 2004.

MINUANO, Carlos. Brasil é o país que mais mata pessoas trans; 175 foram assassinadas em 2020. **Universa UOL**, 2021. Disponível em:
<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/01/29/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-175-foram-assassinadas-em-2020.htm>. Acesso em: 12 out. 2021.

PAULINO, Danilo Borges; MACHIN, Rosana; PASTOR-VALERO, Maria. “Pra mim, foi assim: homossexual, travesti e, hoje em dia, trans”: performatividade trans, família e cuidado em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 4, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/sXVtWZrjthGWZKj8kwnVGdS/?lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2021.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos**,

Porto Alegre, v.10, n.1, p.193-198, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/7375>. Acesso em: 12 out. 2021.

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1509-1520, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/JVTfd3DqVzN3dPMLPJYLVy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

QUINET, Antonio. **Teoria e clínica da psicose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro. Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública. **Revista Katálysis**, v. 19, p. 260-269, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/jTQ6ctCXsnzGrw5fGZVbPxr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=WRHUDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=A+Parte+Obscura+de+N%C3%B3s+Mesmos:+uma+hist%C3%B3ria+dos+perversos.+&ots=IFyimT2fdT&sig=UovqdeK48UMA9S2XpiWtKqkwZ78>. Acesso em: 12 out. 2021.

SANTANA, Rose Dayanne. Maio Verde: nome social é um direito garantido e deve ser respeitado, orienta Defensoria. **Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO)**. 2018. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/27711>. Acesso em: 12 out. 2021.

SANTOS, Marcio Gonçalves dos. **Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus**. 2019. 171 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsm/resouce/pt/biblio-1047585>. Acesso em: 17 out. 2021.

SILVA, Sérgio Gomes da. Preconceito no Brasil contemporâneo: as pequenas diferenças na constituição das subjetividades. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 23, p. 2-5, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FKwf9jHS6HxwsWkvhswSqrC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

SILVA, Alexsander Lima da; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Transexualização em Narrativas de Histórias de Vida sobre a Infância. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 15, n. 2, p. 484-508, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844504004.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

SILVA, Ana Maria Moreira da. **Do silêncio à aceitação: percursos e desafios das famílias de pessoas trans* em Portugal**. 2019. 77 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/123892>. Acesso em: 17 out. 2021.

SUDRÉ, Lu. Transexualidade deixa de ser considerada doença, mas ainda é patologizada. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/03/transexualidade-deixa-de-ser-considerada-doenca-mas-ainda-e-patologizada>. Acesso em: 12 out. 2021.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. Do Y ao X: os fios que desenham os consensos e os desejos pelas cirurgias de transgenitalização [Cd-rom]. **Anais da Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro, v. 26, n. 1, 2008.

ZAMBRANO, Elizabeth. **Trocando os Documentos um Estudo Antropológico sobre a Cirurgia de Troca de Sexo**. 2003. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3693>. Acesso em: 12 out. 2021.



RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PLÁGIO

DISCENTE: Faedra Proêza de Paula

CURSO: Psicologia

DATA DE ANÁLISE: 19.10.2021

RESULTADO DA ANÁLISE

Estatísticas

Suspeitas na Internet: **9,61%**

Percentual do texto com expressões localizadas na internet ⚠️

Suspeitas confirmadas: **4,76%**

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados ⚠️

Texto analisado: **93,68%**

Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: **100%**

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

Analisado por Plagius - Detector de Plágio 2.7.1
terça-feira, 19 de outubro de 2021 22:32

PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho da discente **FAEDRA PROÊZA DE PAULA**, n. de matrícula **21257**, do curso de Psicologia, foi aprovado na verificação de plágio, com porcentagem conferida em 9,61%. Devendo a aluna fazer as correções necessárias.

(assinado eletronicamente)
HERTA MARIA DE AÇUCENA DO N. SOEIRO
Bibliotecária CRB 1114/11
Biblioteca Júlio Bordignon
Faculdade de Educação e Meio Ambiente